

19º Congresso Brasileiro de Sociologia
9 a 12 de julho de 2019 - UFSC
Florianópolis - SC

Grupo de Trabalho: GT22 - Movimentos Sociais Contemporâneos

**“Movimentos sociais e política
institucional: por uma democracia da
experiência”**

Flavia de Faria, doutoranda em sociologia (IIAC/EHESS) com duplo diploma em antropologia social (PPGAS/USP). Membro do Grupo de Estudo de Antropologia da Cidade (USP) e do Social Movements in the Global Age (SMAG) da UCLouvain (Bélgica). Co-coordenadora do RT 21 “Movimentos Sociais” da Associação Francesa de Sociologia (2017-2019).

Resumo:

Na década de 2010, a sociologia dos movimentos sociais se deparou, por um lado, com a efervescência dos movimentos de praça e com a transversalidade dos movimentos feministas, negros, LGBTiques, ambientais e anticapitalistas. Em diversas cidades do mundo, observou-se a ocupação do espaço público por assembleias horizontais e auto-organizadas, por manifestações transnacionais, acampamentos e outras diversas atividades de sociabilidade e de debate. Por outro lado, os anos de 2010 serão lembrados pela eleição de Trump, pelo Brexit, pela forte repressão policial (nos atos, por exemplo, contra o aumento da tarifa do transporte público em diversas cidades brasileiras), pelo “No” na Colômbia, por manifestações reacionárias que ganharam as ruas de diversos países e pela eleição de Jair Bolsonaro no Brasil. Que sociedades estão sendo construídas pela onda conservadora? Quais são as reações dos movimentos sociais e coletivos populares diante dos desafios políticos vividos em diversos países onde houve a ascensão da direita? No contexto brasileiro, na continuidade desses desafios, lutas e confrontos, coletivos de ocupação política emergiram em Belo Horizonte e em São Paulo com objetivo de construir uma bancada plurissetorial de movimentos sociais nas instituições do legislativo. Este trabalho apresentará a pesquisa de campo realizada com as Somos Muitas e a Bancada Ativista, referências na experiência de campanhas e de mandatos coletivos de militantes na política institucional.

Na década de 2010, a sociologia dos movimentos sociais se deparou, por um lado, com a efervescência dos movimentos de praça e com a transversalidade dos movimentos feministas, negros, LGBTQ+, ambientais e anticapitalistas (Castells, Khosrokhavar e Touraine 2013; Gohn e Bringel 2012). Em diversas cidades do mundo, observou-se a ocupação do espaço público por assembleias horizontais auto-organizadas, por manifestações transnacionais, acampamentos e outras diversas atividades de sociabilidade e de debate (Pleyers 2015). As experiências de reivindicação por diferentes usos do espaço público e por participação democrática se mostraram multiplicadas: de Occupy Wall Street à Guezi, da Primavera Árabe às Jornadas de Junho, da Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte à Nuit Débout. Por outro lado, a década será também lembrada pela eleição de Donald Trump, pelo Brexit, pela forte repressão policial (nos atos, por exemplo, contra o aumento da tarifa do transporte público em diversas cidades brasileiras), pelo “no” na Colômbia, por manifestações reacionárias que ganharam as ruas de diversos países, pelo impeachment de Dilma Roussef e, enfim, pela eleição de Jair Bolsonaro.

Que sociedades estão sendo construídas e quais os papéis dos movimentos sociais diante dos desafios políticos reforçados pela ascensão da extrema direita? No contexto brasileiro, interpretações sociológicas mostram que uma parte das jornadas de junho foram palco para a mobilização de atores e pautas que não tomavam o espaço público desde as “caras pintadas” (Harvey e al. 2013; Alonso 2017). A mobilização no campo da direita tomou forma e corpo (Solano 2018). Face ao crescimento da mobilização conservadora, quais são as vias de reação e de resistência de movimentos e coletivos progressistas? Pretende-se aqui tratar duas alternativas construídas à partir de 2014 com o objetivo de reunir pautas e agendas de diferentes lutas sociais – o que aliás representa um desafio no cenário brasileiro desde a redemocratização (Vainer 2013).

O objetivo desse trabalho é apresentar as práticas e as reivindicações de coletivos contemporâneos que, na continuidade desses desafios, lutas e confrontos, mesclam militância com estratégias de ocupação das instituições políticas. Afim de garantir a existência de suas pautas, visam a construção de uma bancada plurissetorial de lutas e demandas sociais dentro do legislativo. Este trabalho propõe apresentar a pesquisa de

campo, sob uma perspectiva etnográfica, realizada nas capitais mineira e paulista em 2017 e 2018 com os coletivos Somos Muitas e Bancada Ativista, referências na experiência de campanhas e de mandatos coletivos.

As Somos Muitas e a Bancada Ativista são movimentos nascidos em Belo Horizonte e em São Paulo após a onda de reivindicações de junho de 2013. Nesse contexto, se fortalecia a COPAC (Comitê Popular dos Atingidos pela Copa), assim como o movimento de ambulantes que reivindicavam o direito de trabalhar nos locais oficiais de realização de jogos durante a Copa, coletivos urbanos de ocupação de espaços públicos, além de movimentos com gestão própria, tais como a Assembleia Popular Horizontal, que tomou o viaduto Santa Teresa em Belo Horizonte para discutir as fraquezas da democracia representativa e construir alternativas para *hakear* o sistema político. Nesse cenário de efervescência e de confluência de diferentes lutas sociais, as Somos Muitas pela Cidade que Queremos foi ganhando força e expansão, ampliando seu repertório de reivindicações de direito à cidade, à moradia, ao transporte público, para a exigência de participação nas decisões políticas do município de Belo Horizonte. Assim, nas eleições de 2016, o movimento apoiou candidaturas de militantes LGBTQ+, feministas, indígenas, quilombolas, de militantes de movimentos por moradia, e elegeu duas vereadoras pelo Psol.

Inspirada na experiência das Somos Muitas, a Bancada Ativista nasceu em 2016 com o objetivo de experimentar uma campanha eleitoral de apoio à candidaturas de ativistas (pela REDE e pelo PSOL) para a Câmara de vereadores de São Paulo. Reivindicando a expansão da democracia através da participação direta de ativistas, o coletivo propõe ocupar as instituições do legislativo com um mandato coletivo, suprapartidário e independente. Em 2016, a Bancada Ativista ajudou a eleger uma vereadora também pelo Psol. Em 2018, a campanha coletiva elegeu a primeira deputada negra e transexual e a primeira deputada indígena do estado de São Paulo. Em Minas Gerais, as Somos Muitas elegeu a deputada federal mais bem votada no seu partido, a Aurea Carolina, e a deputada estadual Andréia de Jesus, jovem negra ex-funcionária doméstica.

Um ano depois das eleições municipais de 2016, a Bancada Ativista e as Somos Muitas iniciaram as articulações para criar o primeiro encontro do movimento nacional

#OcupaPolítica, Pé na porta e Amor pela democracia. Na confluência de diversas pautas, tais como a legalização do aborto, o direito à moradia, a proteção de terras indígenas e quilombolas, a primeira reunião nacional da #OcupaPolítica foi realizada na ocupação urbana Carolina Maria de Jesus, em Belo Horizonte. Foi a ocasião de encontros de centenas de militantes vindos de dezoito estados brasileiros. Engajados com diferentes lutas, o objetivo foi promover o encontro para construir e fortalecer candidaturas coletivas para as eleições de 2018. Durante quatro dias de atividades, oficinas, rodas de conversa, debates e mapeamento das pautas, a #OcupaPolítica se fixou como objetivo hackear a política brasileira, através de duas transformações: buscar alternativas de acesso à política institucional para aqueles que nunca tiveram como adentrá-la e constituir uma bancada plurissetorial e suprapartidária de movimentos sociais no legislativo.

Em seguida, pretende-se analisar quatro características que, observadas em diversas situações do estudo de campo, constituem elementos comuns entre as experiências de Belo Horizonte e de São Paulo.

1. Política através da ênfase na relação. A denúncia da personalização dos políticos faz emergir, por um lado, o rechaço de líderes e porta-vozes internamente, assim como a ressignificação do sentido de coletividade, de relação e de confiança; Por outro lado, remete à concepção de uma política relacional, baseada no encontro face à face, na escuta e na ausência de mediação entre candidatos, eleitos e eleitores.

2. Ocupação política. A denúncia da sub-representação na política brasileira pautada por esses coletivos lhes remete à luta de classe, ao racismo estrutural e à questão de gênero. Ocupar a política significa acessar espaços institucionais de decisão e de voz, assim como criar espaços de heterogeneidade interna, reforçando a presença de mulheres, negras e indígenas nas esferas mais tradicionais e conservadoras da política institucional.

3. Pluralidade e confluência. A rejeição da profissionalização política reivindica a construção de uma bancada plurissetorial formada por parlamentares que defendem diferentes causas para reafirmar a garantia dos direitos e a transversalidade das lutas sociais.

4. Participação. A crítica da ineficiência da democracia representativa cujas decisões são tomadas de cima para baixo, em instituições verticais e hierárquicas é o

que estimula a construção de métodos de participação da população, de movimentos e de comunidades, de decisão coletiva e de tendência à horizontalidade. A política tradicional é criticada por ser restrita a certos perfis e práticas de clientelismo que distribuem desigualmente a oportunidade de se candidatar e se eleger.

Ocupar as instituições e resignificar o sentido de coletividade: por uma política relacional

A Bancada Ativista e as Somos Muitas são movimentos contemporâneos em São Paulo e em Belo Horizonte que reivindicam mandatos coletivos, denunciando a personalização e os limites da representação. São coletivos que apoiaram candidaturas inéditas de ativistas e militantes, em 2016 e em 2018, para os cargos legislativos de vereador, deputado estadual e federal. As candidaturas apoiadas por esses movimentos são de pessoas engajadas em diferentes lutas sociais visando ocupar a política institucional e, mais precisamente, criar uma bancada suprapartidária e intersetorial no poder legislativo brasileiro. Recusam a personalização na política e promovem candidaturas coletivas cujo projeto é colocar em prática um mandato coletivo com todos os candidatos apoiados. As Somos Muitas elegeram duas vereadoras nas eleições municipais de 2016 em Belo Horizonte, Cida Falabella e Aurea Carolina, que inauguraram a Gabinetona ao remover a parede que separava os dois gabinetes e formaram uma equipe conjunta. A Gabinetona também é composta por outros candidatos apoiados pelo coletivo durante a eleição mas que não conseguiram se eleger. Mesmo que gabinete corresponda a uma palavra masculina, o termo utilizado pelas Somos Muitas é Gabinetona no feminino.

Com relação à campanha eleitoral das candidaturas apoiadas, as Somos Muitas realizaram uma campanha coletiva em que a candidata não pedia votos para si próprio mas para o seu colega, que disputava o mesmo cargo.

“Somos muitos movimentos. Muitos desejos. Muitos encontros. Muita esperança de fazer política para o bem comum. Assim, BH viu surgir as MUITAS pela cidade que queremos. Depois de um ano e meio de muitas conversas e construções coletivas, temos a alegria de apresentar as 12 candidatas que se dispuseram em caminhar juntas para a câmara municipal. Cada uma delas tem o compromisso de realizar um mandato coletivo,

transparente e representativo, lutar pela redução dos privilégios do cargo e trabalhar por uma cidade mais justa e solidária. Se você votar em uma, você votará em todas” (santinho da campanha coletiva das Somos Muitas em 2016).

A campanha eleitoral de rejeição à personalização, promoção da coletividade e luta intersetorial também foi flagrante na campanha da Bancada Ativista, que apoiou oito candidaturas para a Câmara Municipal de São Paulo em 2016 e nove co-candidatas em 2018 para deputada estadual. Em 2016, dois manifestos defendidos pelos candidatos apoiados foram corroborados e assinados coletivamente. O primeiro é o #NaoTemConversa, um apoio ao movimento feminista. O manifesto argumenta que, para haver um debate legítimo em qualquer evento coletivo, mesa redonda, fóruns, etc. É preciso que haja ao menos uma mulher presente e participando do debate. Se a composição de equidade entre homens e mulheres não é garantida, o espaço de interação e decisão não é legítimo, diz o manifesto. O segundo apoia a luta contra o racismo: o #NemTentaArgumentar denuncia a ineficiência e ilegitimidade de qualquer forma de construção política construída na ausência de pessoas negras. Ambos manifestos submetem a legitimidade da tomada de decisão política à presença e voz de grupos sociais que atualmente são sub-representados nas arenas de tomadas de decisão política.

Nas eleições municipais de 2016, a Bancada Ativista apoiou Marcio Black (REDE), Adriana Vasconcellos (PSOL) e Douglas Belchior (PSOL), ativistas de movimento negro, Isa Penna (PSOL), ativista feminista e anti-capitalista, Marina Helou (REDE) e Sâmia Bomfim (PSOL), feministas, Pedro Markun (REDE), hackerativista e Todd Tomorrow (PSOL), ativista de movimentos LGBTQ+s. Sâmia Bomfim, foi eleita com quase 12.500 votos. As oito candidaturas apoiadas provém de dois partidos políticos: o Psol e a Rede Sustentabilidade. Entre eles, três ativistas dos movimentos negros, um ativista de movimentos anticapitalistas, duas feministas, um ativista hacker e um ativista dos movimentos LGBTQ+.

Em 2018, a Bancada Ativista, mesmo lançando uma candidatura coletiva com nove co-candidatas de diferentes partidos (Psol, Rede e uma não filiada a nenhum partido), precisou formalmente se associar a um partido político para registrar a

candidatura. Além disso, o Tribunal Superior Eleitoral brasileiro só aceita o registro de uma candidatura quando realizado com o nome e documento de uma única pessoa. Assim, a Bancada Ativista registrou a candidatura no nome da Monica Seixas (filiada ao Psol), mas as oito co-candidatas eleitas ocupam a mandata (no feminino) formalmente registrada por Monica Seixas. “Foi muito de boa o processo de escolha do nome na urna. A gente queria um nome de preferência que fosse de mulher, da periferia, não branca, ou seja, que representasse ao máximo a diversidade das nossas pautas”, explica Jesus dos Santos, co-deputado estadual.

"Ao escolher o nome que apareceria na urna, tivemos vários debates e queríamos saber quem representava melhor a diversidade da Bancada. Eu sou mãe, mulher negra, morando no campo, vindo de um meio pobre, rural, militante pelo acesso à água potável [Itú, a cidade de Mônica viveu mais de dez meses de racionamento de água durante a grave crise hídrica de 2014 no Estado de São Paulo]. Então decidimos coletivamente que eu seria o nome que apareceria nas urnas”, diz Monica Seixas em entrevista no dia 25 de setembro de 2018.

Ao contrário da disputa que pode ser observada na lógica competitiva entre os partidos políticos (e mesmo dentro deles), a coexistência de diferentes partidos em uma campanha é um dos destaques do coletivo. Essa lógica da coletividade – de um pedir voto para o outro (ainda que sejam de partidos diferentes) e de priorizar a pauta da Bancada Ativista acima do partido político – não foi aceita por alguns partidos cujos pré-co-candidatos decidiram deixar o projeto para evitar conflitos no partido. Em 2018, o coletivo apoiou as co-candidaturas de Monica Seixas, feminista, mãe e ativista dos direitos humanos e do direito à água, Erika Hilton, mulher negra transvestigenera que atua em movimentos por direitos da população LGBTQ+, Chirley Pankará é indígena, professora e educadora que milita pelos direitos da população originária e, junto com Paula Aparecida, professora secundarista da rede pública, e Cláudia Visoni, jornalista, permacultora, atuam em movimentos pelo direito dos animais e pela proteção ambiental. Anne Rammi é mãe e ativista, defende os direitos da criança, da primeira infância e, junto com Raquel Marques, doutora pela Faculdade de Medicina Preventiva da Universidade de São Paulo, reivindicam os direitos da mulher pelo parto humanizado e por métodos obstétricos menos invasivos. Jesus dos Santos, de 33 anos, participa desde o início do

Movimento Cultural das Periferias e do movimento negro. Por fim, Fernando Ferrari é militante da cultura, morador da periferia da zona Sul de São Paulo e luta contra o genocídio da população negra e periférica.

Das nove co-candidatas “com exceção de Raquel, que é doutoranda, todas as outras possuem conhecimento que vem do concreto, da rua”, diz Monica Seixas em entrevista datada de 25 de setembro de 2018. Contrariamente ao personalismo da política tradicional ocidental (Manin 2012), o movimento não procura construir a imagem do político como um salvador. Pelo contrário, por um lado, prevê a construção de uma candidatura que apresente características semelhantes às de grupos socialmente oprimidos e contribua para a redução da sua sub-representação nas instituições do legislativo. Por outro lado, nessa conjuntura, a dinâmica do processo eleitoral no que diz respeito ao eleitor ultrapassa a necessidade deste escolher apenas um único candidato para deputado, e promove a possibilidade de votar em grupo para ocupar coletivamente o cargo.

O movimento fornece apoio pedagógico, financeiro, de comunicação e estratégico para a campanha eleitoral. As pessoas envolvidas com a Bancada Ativista lançaram um financiamento online para custear uma formação aos candidatos sobre o funcionamento do sistema de quociente eleitoral no Brasil, um treinamento de comunicação e mídia, além do suporte para a produção e design de todos os anúncios, posts e material de campanha. Os participantes são voluntários e se dividem em grupos de trabalho para gerenciar a agenda das co-candidatas, sua publicidade, marketing digital, comunicação de imprensa, etc.

Nesse sentido, segundo os participantes envolvidos, a outra maneira de fazer política reivindicada pelo coletivo passa por tornar possível a eleição de ativistas da sociedade civil que não possuem os meios financeiros e estratégicos necessários para concorrer e ganhar uma eleição. Sabe-se que a cada eleição, perfis específicos de candidatos enfrentam diversos obstáculos institucionais e culturais, sobretudo quando se tratam de mulheres, negros, indígenas e travestis (Meneguello 2012; Campos e Machado 2015; Campos e Machado 2017; Araújo 1998; Araújo 2001; Speck, Sacchet e Santos 2012). Em 2018, as mulheres ocupam apenas 13% da composição das Câmaras Municipais e 16% das Assembleias Legislativas brasileiras, 15% da Câmara dos

deputados e 13% do Senado. Nesse sentido, questões de classe, raça e gênero implicam obstáculos adicionais que dificultam e às vezes impossibilitam o sucesso eleitoral de certas candidaturas.

Tais obstáculos são amenizados por estratégias de campanha de financiamento coletivo online. Por serem nove co-candidatas, a Bancada Ativista alcançou um público muito maior do que campanhas online criadas por apenas um candidato, ainda que comparada ao candidato que obteve o maior número de votos do partido. Em 2018, o financiamento online das co-candidatas arrecadou 72.648 mil reais, o que representou 82% do total do recurso de campanha. Além do financiamento coletivo online. O Psol investiu 5.358,67 mil reais, o que corresponde a aproximadamente 6% do total do recurso utilizado na campanha da Bancada Ativista, que somados a outras receitas totalizou 87.918 mil reais declarados pelo coletivo ao Tribunal Superior Eleitoral. Já o financiamento coletivo online do candidato ao mesmo cargo mais votado do Psol, Carlos Giannazi (homem branco) obteve o valor de 37.871 mil reais, aproximadamente 9% do total do recurso utilizado na sua campanha eleitoral. Em contraste, o Psol investiu 103.645 mil reais em sua campanha eleitoral, o que equivale a aproximadamente 25% do total de recurso utilizado para sua campanha cujo valor declarado foi de 405.547 mil reais. Assim, o total arrecadado pela candidatura coletiva da Bancada Ativista representa 85% apenas do valor recebido de Giannazi pelo Psol.

“Não tínhamos meios para circular no estado de São Paulo para fazer campanha. Nós conseguimos fazer isso graças ao financiamento coletivo [online]. Durante a campanha, quando um de nós não tem dinheiro suficiente para pagar, por exemplo, o aluguel pessoal, todos os outros que têm melhores condições financeiras contribuem para colaborar com o outro. Esse tipo de apoio também temos na Bancada Ativista”, explica Monica Seixas, co-deputada estadual (entrevista do dia 25 de setembro de 2018).

A personalização que produz o protagonista é uma característica recorrente na lógica da política partidária tradicional (Manin 2012). Entretanto, na prática da campanha coletiva, o protagonismo é uma característica fortemente rejeitada. Assentados numa base relacional de confiança e de diálogo, o movimento vê o altruísmo no centro das campanhas eleitorais, conhecidas tradicionalmente por suas práticas predatórias e competitivas mesmo no interior dos partidos. Durante o campo realizado em 2017, pude

acompanhar reuniões e processos nos quais os participantes da Bancada Ativista respondiam coletivamente às entrevistas e reportagens da mídia, elaborando as respostas em um documento compartilhado. Após a campanha eleitoral de 2016, uma revista brasileira queria publicar um artigo sobre o movimento, ilustrando-o com a foto de seu representante. O coletivo apresentou a imagem abaixo, explicando que o movimento não tinha representante, o que não foi aceito pela revista, que acabou não publicando o artigo. A resposta pública do coletivo nas redes sociais foi a seguinte:



“É bem comum veículos de comunicação nos pedirem para sermos representados por apenas uma pessoa em entrevistas. Nossa resposta é sempre a seguinte: nós não acreditamos na política onde poucos têm grande protagonismo. Nós temos muitas caras, e o que nos representa é essa diversidade. Por isso, sempre insistimos para assinar entrevistas coletivamente e aparecer em fotos com vários rostos (...) A Bancada Ativista é coletiva e a foto que nos representa é essa aí!”, publicação no Facebook da Bancada Ativista do dia 4 de outubro de 2017.

Práticas de utilização de espaços públicos e participação: a relação entre o político e o eleitor.

A relação de independência entre os políticos eleitos e seus eleitores durante o mandato aponta para um aspecto problemático do regime democrático, visto que os representantes acabam decidindo e trabalhando em políticas públicas pouco influenciados pelo povo (Gurza Lavalle e Isunza Vera 2015; Gurza Lavalle, Houtzager e Castello 2006; Tatagiba 2004; Almeida 2010; Borba e Lüchmann 2007). Tal aspecto representa um dos fatores contraditórios da democracia elencados por Bernard Manin em sua obra *Princípios do governo representativo*. Como poderia a representação ser eficaz se ela está limitada à eleição? Como poderia a democracia dar conta de seu propósito participativo e coletivo se levado em conta apenas um único evento

participativo? O regime democrático deve ser mais vasto do que o exercício do voto e a participação dos eleitores mais deliberativa durante o mandato dos representantes.

A democracia como demanda dentro desses coletivos, no contexto brasileiro, exige transformações institucionais que permitam a participação dos eleitores para além do voto, com práticas que garantam espaços de decisão compartilhada e que promova compromisso pessoal com a integração cultural e identitária nas práticas quotidianas.

“Já ocupamos as ruas pelos direitos das mulheres. Ocupamos as avenidas pela mobilidade urbana. Ocupamos as praças para denunciar as estruturas dessa sociedade racista e desigual. Estamos na política todos os dias e agora queremos ocupar o Parlamento. Nós exigimos uma política verdadeiramente transformadora, transparente e participativa”. (Flavia, ativista das Somos Muitas).

Nesse sentido, as práticas descritas a seguir visam estimular a participação e a experimentação das ruas e da cidade como espaços de disputa, de conflito e também de sociabilidade e de reivindicação. As Somos Muitas promovem assembleias abertas em diferentes territórios da cidade para facilitar a participação de comunidades e movimentos descentralizados. Em Belo Horizonte, as reuniões das Somos Muitas são realizadas frequentemente em espaços públicos e em ocupações urbanas. Trata-se de uma estratégia para se manter em diálogo com os movimentos sociais e fortalecer os laços com as comunidades e habitantes das periferias. A mandata da Bancada Ativista, por sua vez, inaugurou a Frente Parlamentar da Cultura no Teatro dos Containers, na Santa Ifigênia, região do centro, para somar com a presença de moradores e interessados fora do espaço institucional da Assembleia Legislativa. Durante os meses de janeiro e junho de 2018, a Bancada Escuta¹ foi organizada em diferentes territórios da cidade de São Paulo, na zona sul, norte, leste e no centro.

A Bancada Ativista também organizou eventos públicos como o Flertaço com os candidatos, para promover a interação e o diálogo cara-a-cara das pessoas com os candidatos apoiados. Flertaço lança a ideia das pessoas flertarem com a política. “Vamos

¹ Bancada Escuta é um evento promovido pelo coletivo para estabelecer um diálogo com os habitantes de um bairro, de uma comunidade, sobre algum assunto ou demanda específica levantada pelos participantes. Sobre a particularidade desse evento ver Flavia de Faria “Participação, renovação e ocupação: limites da representação e experiências de transformação política na cidade de São Paulo”, *Revista Contraponto*, 2 agosto 2018, vol. 5, nº 1.

trazer de volta o seu amor pela política”, anuncia o movimento. O evento consiste em convidar as pessoas que estão passando pela rua para sentar-se numa cadeira em frente a um dos candidatos para fazer perguntas em um diálogo sem a mediação de um terceiro. Depois de cinco minutos, as pessoas sentadas são convidados a trocar de cadeira para sentar-se diante de outros candidatos presentes.

Flertaço e Bancada Escuta promovem o relacionamento direto dos candidatos com a população. Por um lado, a ocupação do espaço público aparece como uma prática para tornar visível a rua em sua multiplicidade de problemas e realidades, imprevistos e interrupções, assim como potencialidades e criatividade. Por outro lado, a experimentação do diálogo cara-a-cara com os candidatos em torno de problemas e projetos locais reforça a prática de uma política que privilegia a relação, o olhar e a presença.

Em Belo Horizonte, a Gabinetona inaugurou práticas de participação e de relação de projetos de lei com a população. O LabPop (Laboratório Popular) escreveu por exemplo, o Projeto de Lei (PL) n.533 / 2018 com a representantes de movimentos feministas e de direito à moradia para garantir o direito de mulheres vítimas de violência doméstica a serem acolhidas em acomodações públicas e seguras. Este PL foi aprovado na Câmara Municipal de Belo Horizonte em março de 2019 e sancionado pelo prefeito em 25 de abril de 2019, tornando-se Lei nº 11.166 / 2019. “Todos os projetos foram redigidos de forma aberta e colaborativa através dos Laboratórios Populares. Os LabPops são círculos de conversa e de trabalho colaborativo com a população”, explica Cida Falabella, artista e ativista eleita vereadora em 2016.

Com respeito às práticas participativas, Jesus dos Santos, co-deputado da Bancada Ativista, mobilizou no dia 22 de maio de 2019 o primeiro encontro do ciclo de debates orçamentários da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). A atividade foi feita na ALESP, e teve “12 ou 13 das 21 emendas escritas colaborativamente com agentes culturais, produtores, artistas e ativistas do movimento de cultura”, explica Jesus dos Santos. O co-deputado explica que as decisões internas do Movimento Cultural das Periferias – movimento que integra desde 2014 – sempre foram tomadas em assembleias abertas, e conta que desde o início de seu envolvimento.

“Quando se fala em inovação política, é importante olhar para o que já vem sendo feito por movimentos da periferia. Já estamos pressionando as instituições, ali dentro fazendo política, buscando parlamentares para aderir nossa pauta da cultura. Agora estamos trazendo para a ALESP práticas participativas que já vinham sendo feitas no Movimento Cultural das Periferias, estamos trazendo aqui para nossa mandata a expertise participativa do Movimento Cultural das Periferias, criando na instituição legislativa os ciclos de debates orçamentários para discutir e propor coletivamente com a população interessada as emendas da Bancada ativista para a LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias] do Estado de São Paulo [cujo objetivo é proceder à distribuição do orçamento do Estado para as diferentes áreas de políticas públicas]”, Jesus dos Santos, entrevista do dia 6 de junho de 2019.

Considerações finais: a “democracia da experiência”

Pretendeu-se neste artigo apresentar práticas de coletivos de ocupação política contemporâneos e discuti-las à luz de características que lhes são comuns, tais como a prevalência da coletividade sobre a personalização, a criação de espaços institucionais de confluência de diferentes movimentos sociais, a denúncia da sub-representação como alicerce para fomentar a ocupação política de ativistas, o uso de espaços públicos para atividades internas e a construção de métodos participativos.

Seria possível afirmar que esses coletivos promovem a transformação de um modelo de delegação para o de democracia participativa? A hipótese aqui defendida é que a existência desses movimentos não respondem positivamente à tal questão, embora façam parte de um processo de descontentamento com os mecanismos representativos. Ainda que esbocem sua aspiração por um regime mais participativo e menos hierárquico, os próprios coletivos vivenciam a experiência desafiadora da horizontalidade e da participação. “A Bancada Ativista é parte desse contexto de confluência de diferentes lutas, mas essa coexistência de realidades tão diferentes dentro da mesma mandata nos traz grandes desafios pragmáticos e ideológicos”, afirma o co-deputado Jesus dos Santos.

Uma pesquisa mais longa e detalhada deverá acompanhar os mandatos coletivos afim de analisar, na temporalidade dos fatos, o impacto de tais práticas na relação entre eleitores e mandatos eleitos além, da taxa de participação durante o referido período. Se essas experiências reforçam a relação entre a representação e a

participação, será de grande relevância para estudos sobre política brasileira considerar a coerência entre os princípios e práticas iniciais e aqueles que se manterão ou se transformarão. A “democracia da experiência” reflete a construção cotidiana de táticas para construir dentro do legislativo possibilidades de *hackear* o modelo político vertical, hierárquico e majoritariamente composto por homens brancos e ricos (Meneguello, Mano e Gorski 2012; Speck, Sacchet e Santos 2012; Campos e Machado 2015).

“Experimentar é constituir um contrapoder dentro mesmo das situações. Experimentar é se projetar em outra forma de vida e de atividade, de pensamento e de criação. Experimentar é opor aos dispositivos de dominação um poder de autonomia e singularização. Experimentar é variar uma situação para modular as perspectivas” (Citton 2012, p. 123).

A “democracia da experiência” mescla o público com o privado, a amizade e o engajamento, a diversão e a resistência. Trata-se mais de uma prática do que de uma teoria, que não rejeita a representação, mas aspira incluir a participação e a distribuição de espaços de fala e de decisão para além de audiências e de conselhos consultivos². Pretende fortalecer a coletividade e formas de horizontalizar-se, rejeitando a personalização e o heroísmo político. Enfim, através do hibridismo de tecnologias sociais e virtuais, essas experiências eleitorais ainda são frágeis e minoritárias, porém já estão presentes em três esferas do legislativo, em Câmaras Municipais, em Assembleias Legislativas e na Câmara dos Deputados, mostrando sua eficácia em pouco tempo e com pouca verba.

Referências bibliográficas

ALMEIDA Debora Rezende de, 2010, « Metamorfose da representação política: lições práticas dos conselhos municipais de Saúde no Brasil » In: Leonardo Avritzer (ed.), *A dinâmica da participação local no Brasil*, São Paulo, SP, Cortez Editora (coll. « Coleção Pensando a democracia participativa »).

² Sobre uma análise dos conselhos, ver TATAGIBA Luciana, 2004, « A institucionalização da participação: os conselhos municipais de políticas públicas na cidade de São Paulo » In: *Participação em São Paulo*, 1a. ed., São Paulo, SP, Editora UNESP, p. 323-370.

ALONSO Angela, 2017, « A Política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma à Temer », *Novos estud.*, *CEBRAP*, juin 2017, Especial-São Paulo, p. 49-58.

ARAÚJO Clara, 2001, « Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil », *Revista Estudos Feministas*, 2001, vol. 9, n° 1, p. 231-252.

ARAÚJO Clara, 1998, « Mulheres e Representação Política: a experiência das cotas no Brasil », *Revista Estudos Feministas*, 1998, vol. 6, n° 1, p. 71-90.

BORBA Julian et LÜCHMANN Lígia Helena Hahn (eds.), 2007, *Orçamento participativo: análise das experiências desenvolvidas em Santa Catarina*, Florianópolis, SC, Editora Insular, 224 p.

CAMPOS Luiz Augusto et MACHADO Carlos, 2017, « O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014 », *Revista de Sociologia e Política*, mars 2017, vol. 25, n° 61, p. 125-142.

CAMPOS Luiz Augusto et MACHADO Carlos, 2015, « A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil », *Revista Brasileira de Ciência Política*, avril 2015, n° 16, p. 121-151.

CASTELLS Manuel, KHOSROKHAVAR Farhad et TOURAINE Alain, 2013, « L'unité des grandes contestations contemporaines. Débat animé par Michel Wieviorka, à Paris, le 14 mai 2013 », *Socio. La nouvelle revue des sciences sociales*, 16 décembre 2013, n° 2, p. 139-167.

CITTON Yves, 2012, *Renverser l'insoutenable*, Paris, Éditions du Seuil, 208 p.

DI GIOVANNI Julia Ruiz, 2015, « Artes de abrir espaço. Apontamentos para a análise de práticas em trânsito entre arte e ativismo », *Cadernos de Arte e Antropologia*, 1 octobre 2015, Vol. 4, No 2, p. 13-27.

FARIA Flávia de, 2018, « Participação, renovação e ocupação: limites da representação e experiências de transformação política na cidade de São Paulo », *Revista Contraponto*, 2 août 2018, vol. 5, n° 1.

FRÚGOLI JR. Heitor, 2018, « Ativismos urbanos em São Paulo », *Caderno CRH*, avril 2018, vol. 31, n° 82, p. 75-86.

FRÚGOLI JR. Heitor, 2005, « O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia », *Revista de Antropologia*, juin 2005, vol. 48, n° 1.

GOHN Maria da Glória et BRINGEL Breno, 2012, *Movimentos sociais na era global*, Petrópolis, Editora Vozes.

GURZA LAVALLE Adrián, HOUTZAGER Peter P. et CASTELLO Graziela, 2006, « Democracia, pluralização da representação e sociedade civil », *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 2006, n° 67, p. 49-103.

GURZA LAVALLE Adrián et ISUNZA VERA Ernesto, 2015, « Representación y participación en la crítica democrática », *Desacatos*, décembre 2015, n° 49, p. 10-27.

HARVEY David, BRAGA Ruy, VAINER Carlos, DAVIS Mike, MARICATO Ermínia, SECCO Lincoln, ŽIŽEK Slavoj, IASI Mauro Luis, BRITO Felipe, LIMA Venício A. de, MAIOR Jorge Luiz Souto, PESCHANSKI João Alexandre, SAKAMOTO Leonardo, PAULO MPL São, OLIVEIRA Pedro Rocha de et VIANA Silvia, 2013, *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, 1ª edição., São Paulo, Carta Maior ; Boitempo Editorial (coll. « Coleção Tinta vermelha »), 110 p.

MANIN Bernard, 2012, *Principes du gouvernement représentatif*, Paris, Flammarion (coll. « Champs Essais »), 347 p.

MENEGUELLO Rachel (ed.), 2012, *Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros*, 1ª ed., Campinas, Centro de Estudos de Opinião Pública, Universidade Estadual de Campinas, 106 p.

MENEGUELLO Rachel, MANO Máira Kubik et GORSKI Caroline, 2012, « Alguns condicionantes do déficit representativo de mulheres e negros na política » In: *Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros*, 1ª ed., Campinas, Centro de Estudos de Opinião Pública, Universidade Estadual de Campinas.

PLEYERS Geoffrey, 2015, « Volverse actor: dos vías para los movimientos sociales en el siglo XXI », *Revista de Estudios Sociales No.35*, 1 octubre 2015, p. 179-183.

SOLANO Esther (ed.), 2018, *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*, 1ª edição., São Paulo, SP, Boitempo (coll. « Coleção Tinta vermelha »), 117 p.

SPECK Bruno, SACCHET Teresa et SANTOS Fernando Henrique dos, 2012, « Financiamento de campanhas de homens e mulheres candidatos a deputado estadual e deputado federal nas eleições gerais de 2010 no Brasil » In: *Mulheres e negros na política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros*, 1ª ed., Campinas, Centro de Estudos de Opinião Pública, Universidade Estadual de Campinas.

TATAGIBA Luciana, 2004, « A institucionalização da participação: os conselhos municipais de políticas públicas na cidade de São Paulo » In: *Participação em São Paulo*, 1ª. ed., São Paulo, SP, Editora UNESP, p. 323-370.

VAINER Carlos, 2013, « Quando a cidade vai às ruas » In: *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, 1ª edição., São Paulo, Carta Maior ; Boitempo Editorial (coll. « Coleção Tinta vermelha »).